

DAS DORES QUE VAZAM: COTIDIANO, FAMÍLIA E O TRABALHO DO TEMPO NO ATIVISMO DA MACONHA MEDICINAL

ROMÁRIO VIEIRA NELVO¹

RESUMO

Este artigo trata dos dilemas cotidianos de familiares em torno do acesso à saúde no Rio de Janeiro, tendo como eixo central as dobras político-morais do ativismo da *maconha medicinal*. Aqui, por meio de descrições etnográficas, percorro o *trabalho do tempo* de uma mãe de setenta anos, racializada na negritude, moradora de uma habitação popular que se engajou no presente ativismo pelo seu filho, portador de doenças raras. Cartografo os meses a fio de suas idas e vindas da Defensoria e do Fórum públicos na tentativa de reverter um processo de judicialização de medicamentos à base da maconha, no qual defensores e gerentes de Banco alegavam que o “Estado está falido”. Mostro como o cotidiano, os idiomas e tempos da família e as experiências subjetivas da deficiência vão se embaralhando no *trabalho do tempo* e gestão das dores e sofrimentos duráveis que vazam das narrativas das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho do tempo; Família; Maconha Medicinal; Sofrimento; Adoecimentos.

FROM THE LEAKING PAINS: EVERYDAY LIFE, FAMILY, AND TIME WORK IN MACONHA MEDICINAL ACTIVISM

ABSTRACT

This article deals with the daily dilemmas of family members regarding access to health in Rio de Janeiro, having as its central axis the political-moral folds in *medical marijuana* activism. Here, through ethnographic descriptions, I walk through the *time work* of a seventy-year-old mother, racialized in the blackness and inhabitant of a popular dwelling who has engaged in present activism for her rare disease-bearer. I map the months of their comings and goings from the public Defender's Office and the Forum in an attempt to reverse a marijuana-based drug court case in which defenders and bank managers claimed that the “state is bankrupt”. I show how daily life, family languages and times, and the subjective experiences of disability are shuffling in the work of time and managing the lasting pain and suffering that leaks from people's narratives.

KEYWORDS

Time work; Family; Maconha medicinal; Suffering; Diseases.

¹ Mestrando em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ).

DE LA DOULEUR QUI FUT: LA VIE QUOTIDIENNE, LA FAMILLE ET LE TEMPS TRAVAILLENT DANS L'ACTIVISME MÉDICAL DE LA MARIJUANA

RÉSUMÉ

Cet article traite des dilemmes quotidiens des membres de la famille concernant l'accès à la santé à Rio de Janeiro, ayant pour axe central les replis politico-moraux de l'activisme *médical de la marijuana*. Ici, à travers des descriptions ethnographiques, je parcours le *travail dans le temps* d'une mère de soixante-dix ans, racialisée dans la noirceur et habitant d'un logement populaire, qui s'est engagée dans le militantisme actuel en faveur de son porteur de maladie rare. Je retrace les mois de leurs allées et venues du bureau du défenseur public et du forum dans le but de renverser une affaire judiciaire en matière de drogue basée sur la marijuana dans laquelle des défenseurs et des directeurs de banque ont affirmé que «l'État est en faillite». Je montre comment la vie quotidienne, les langues et les moments familiaux, ainsi que les expériences subjectives du handicap, se mélangent dans le *travail du temps* et gèrent la douleur et la souffrance durables qui s'échappent des récits des gens.

MOTS CLÉS

Le temps de travail; Famille; Marijuana médicinale; Chagrin; Défauts.

DE LOS DOLORES QUE SE FILTRAN: LA VIDA COTIDIANA, LA FAMILIA Y EL TRABAJO A TIEMPO EN EL ACTIVISMO DE LA MARIHUANA MEDICINAL

RESUMÉN

Este artículo aborda los dilemas diarios de los miembros de la familia con respecto al acceso a la salud en Río de Janeiro, teniendo como eje central los pliegues político-morales en el activismo de la *marihuana medicinal*. Aquí, a través de descripciones etnográficas, recorro el trabajo de una madre de setenta años, racializada en la negrura y habitante de una vivienda popular que se ha involucrado en el activismo actual para su rara portadora de enfermedades. Mapeo los meses de sus idas y venidas desde la Oficina del Defensor público y el Foro en un intento por revertir un caso de un tribunal de drogas basado en la marihuana en el que los defensores y los gerentes de los bancos afirmaron que el "estado está en bancarrota". Muestro cómo la vida cotidiana, los idiomas y los tiempos de la familia, y las experiencias subjetivas de discapacidad se mezclan en el *trabajo del tiempo* y manejan los dolores y molestias que se filtran de las narrativas de las personas.

PALABRAS CLAVE

Trabajo del tiempo; Familia; Maconha Medicinal; Pena; Enfermedades.

INTRODUÇÃO

À Gal, com toda a minha admiração.

Este artigo trata dos dilemas cotidianos de familiares em torno do acesso à saúde no Rio de Janeiro, tendo como eixo central as dobras político-morais que perfazem o ativismo da *maconha medicinal*. Em termos epistêmicos, um tanto quanto diferente de como o tema vem sendo abordado nas análises científicas brasileiras já empreendidas², propõe-se, aqui, visibilizar um conjunto de tempos, dores, fissuras, angústias, esperanças, acúmulos, e (re)inscrições constantes de si, ou seja, a vida como um texto que se reedita, e a *luta* política como uma cotidianidade que precisa ser trabalhada nas relações miúdas e domésticas. O epicentro do debate recai sobre a casa, a família, as relações de gênero, as enfermidades, as ausências de dinheiro, os sonhos, as vontades e desejos, as *aflições*. A abordagem antropológica, em questão, prioriza os múltiplos atravessamentos temporais dos sujeitos, figurando, por um lado, medos, cansaços e fantasmagorias e, por outro, uma força constantemente despojada no fluxo da vida pelos seus e para os seus. Discutem-se, assim, as vicissitudes de construção política da maternidade (VIANNA; FARIAS, 2011). Filio este artigo à tendência de ênfase nas *maternidades políticas*, sempre levando muito a sério os marcadores sociais de raça, classe social, gênero e idade, tecidas em contextos variados por uma série de pesquisadoras³ – a maioria mulheres.

O artigo percorrerá, por meio de descrições etnográficas, o *trabalho do tempo* (DAS, 1999; VIANNA, 2015) de uma mãe de setenta anos, racializada na negritude, de origem nordestina, pobre, moradora de uma habitação popular ameaçada pelas políticas de remoções de moradias populares na cidade do Rio de Janeiro. Gal é o seu nome. Ela foi a pessoa a que mais me aproximei no ativismo em questão. Com Gal, como mencionarei adiante, criei um laço de amizade muito forte, sendo em distintas ocasiões apresentado como *acompanhante, amigo, filho, neto* ou *irmão de seus filhos*. Essas e outras categorias eram utilizadas por Gal para se referenciar a mim durante nossa convivência. Aqui, sugiro ser o

² Menciono algumas teses e artigos variados sobre o assunto, que tratam, em sua maioria, sobre o Associativismo, encontros entre cultivadores e familiares de pessoas com anomalias graves, geralmente raras e de difícil controle, e que focam a atenção nos debates sobre regulamentação, auto cultivo, *habeas corpus*, e processos de mudança social e política sobre a planta como um todo (POLICARPO et al., 2016, 2018; OLIVEIRA, 2016; PONTES, 2017; CARVALHO; BRITO; GANDRA, 2007; FIORE, 2018).

³ Mais precisamente, dialogo com distintas pesquisas empreendidas sobre a atuação política de familiares de vítimas de violência institucional, sobretudo de mães de vítimas. A coletânea, intitulada *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*, organizada pelas autoras Birman e Leite (2004), é, talvez, um marco dessas abordagens. Abordagens que lidam diretamente com ativismos liderados por mães são referências também centrais: Vianna e Farias (2011), Lacerda (2012), Fonseca e Maricato (2013), Farias (2014), Aureliano (2018).

tempo circular e agente, etnografando, portanto, os entrelaçamentos temporais com as experiências de produções de “Estado”, raça e racialização, gênero, pobreza, deficiências, cansaços e desgastes físicos, subjetivos e afetivos – gramáticas sociais que constroem Gal como um sujeito ético (LAMBEK, 2010); que a fabricam como pessoa moral (MAUSS, 2015).

Divido o texto em duas partes que se complementam e devem ser lidas como pistas teóricas a fim de compreender o que se propõe. Em um primeiro momento, a partir do processo rotineiro de andamento da *judicialização* de medicamentos à base da maconha⁴, apresento vivências dentro da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, como *acompanhe* de Gal – a todo o momento construo estilisticamente os processos de *fazer* “Estado” (SOUZA LIMA, 2012), frisando as zonas morais que produzem os “efeitos de Estado” (MITCHELL, 2006). “Estado” aqui performado por meio de estéticas, práticas, táticas e técnicas de poder – de acordo com Michel Foucault (2018), devemos analisar não o poder em si, mas o seu exercício, ou seja, *como* ele se exerce. Traço essa arquitetura política de fabricação de “Estado” à luz de um poroso emaranhamento entre os papéis que circulam entre a Defensoria e o Banco do Fórum, os afetos expressados pelos atores sociais, as tensões corporais, as “drogas” em questão, as deficiências, as raças, os gêneros, tanto de minha interlocutora quanto dos agentes estatais, e as rotinas da burocracia. Em um segundo momento, discuto como as dores, preocupações, cansaços e sensações ali narradas, nos bandos da Defensoria Pública, acabam conectando os tempos que forjam as *lutas* políticas ativistas, empreendidas no *mundo público*, com as relações familiares dentro de casa, assim como a forma como demais narrativas íntimas sobre o corpo, o acúmulo, o passado, futuros desejáveis, os *picos de pressão* e as angústias expressas vão sendo trazidas à situação. O diálogo, nesse segundo momento, será costurado em direção à abordagem que privilegia o *trabalho do tempo*, as relações familiares e os movimentos de *maternidades politizadas*, sugerindo, assim, uma escala analítica sobre dor e política cotidiana nos vários nós, amarrados e a serem amarrados, sobre o debate contemporâneo da *maconha medicinal* (POLICARPO et al., 2017; POLICARPO et al., 2018; OLIVEIRA, 2016; PONTES, 2017; FIORE, 2018).

⁴ O fenômeno da *judicialização da saúde* tem crescido no Brasil como um recurso de direito democrático de acesso à saúde. O recurso é geralmente utilizado para casos em que a manutenção do tratamento é de alto custo e o Estado não custeia no Sistema Público de Saúde. Assim, as pessoas entram com processos judiciais a fim de que tenham acesso à saúde por meio de uma apelação judicial. No campo da *maconha medicinal*, é mais comum a judicialização do *habeas corpus* preventivo para o plantio da maconha. Para maiores detalhes sobre o fenômeno no Brasil, ver João Biehl (2016). O fenômeno da *judicialização* do medicamento é algo bastante periférico nas pautas do ativismo da *maconha medicinal*. Entrevistei, durante a pesquisa de campo, seis mães que recorreram à Defensoria Pública na tentativa de fazer com que o “Estado” custeasse o medicamento – excetuando Gal, todas com insucesso. Essas mães tinham algo em comum: eram pobres, residiam em bairros de periferias ou favelas, e vivem com uma renda mensal que as impossibilita comprar os frascos. Por agora, sugiro que esta prática no ativismo em questão, tem um recorte de classe social.

O mundo social da *maconha medicinal* no Brasil parece envolver uma instigante relação entre setores da Administração Pública, substâncias ilícitas, ativismos e lutas por existência. Configura-se, assim, um emaranhado de atores sociais em torno da “causa”: pesquisadores da área biomédica, usuários sociais, operadores de Leis (advogados, deputados etc.), certos setores da Administração Pública (Defensorias, Ministério da Saúde, Agência de Vigilância Sanitária etc.), cultivadores nacionais e internacionais, o mercado da indústria farmacêutica, e os familiares e seus filhos. No Brasil, vigora o último dispositivo penal para o uso, consumo e venda de substâncias consideradas “drogas”, como o caso da planta da maconha. A Lei 11. 343 foi aprovada em 2006, conhecida como “Lei dos Tóxicos”⁵.

Dentro desse contexto jurídico-penal, vender ou cultivar maconha é crime no Brasil, o que fez com que as mães e familiares que lideram o ativismo em questão, tivessem que transitar, por vezes, entre as esferas da legalidade e ilegalidade. Por pressão de certos setores da sociedade civil, especialmente por conta das mães e das associações de pacientes de maconha para fins medicinais, algumas reclassificações de derivados da maconha foram conseguidas. Em 2015, o CDB (canabidiol), uma das principais propriedades da planta para fins medicinais, utilizada principalmente para o tratamento de *epilepsias refratárias*, foi retirado da lista de substâncias proibidas (F1) da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), mas não a planta (ver, para uma abordagem dessa controvérsia a análise de Policarpo et al., 2018). Posteriormente, em 2016, por meio da resolução da ANSIVA nº 66, o tetrahydrocanabidiol (THC), principal composto psicoativo da planta, também foi retirado da lista de substâncias proibidas. Como consta na resolução:

“Fica permitida, excepcionalmente, a importação de produtos que possuam as substâncias canabidiol (CDB) e/ou tetrahydrocanabidiol (THC), quando realizada por pessoa física, para uso próprio, para tratamento de saúde, mediante prescrição médica, aplicando-se os mesmos requisitos estabelecidos pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 17”.

Com isso, o acesso aos medicamentos fica restrito apenas a casos de importação. Geralmente o valor de um frasco de medicamento, a depender da empresa, varia entre 250 a 500 dólares. Além do que, como alegam – e reclamam – os interlocutores, os derivados da maconha são receitados apenas em último caso, quando todos os remédios bioquímicos já foram testados e comprovados. Uma das demandas das mães é, justamente, para que médicos considerem os remédios à base da maconha no mesmo pé de igualdade e importância que os demais anticonvulsivantes. Somente é permitida a importação por meio de uma receita médica (muitas mães de pacientes afirmam que os médicos se negam a prescrever), bem como cada “caso” é analisado à luz de uma portaria específica da ANSIVA, que pode ou não aprovar a compra dos frascos. O acesso, assim, é bem restrito. Primeiro, é

⁵ Ver Acessado <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm> Acesso em 08 de agosto de 2019.

restrito a pessoas que têm como arcar com o custo alto da medicação. Segundo, é restrito, pois depende de um médico que prescreva e que a ANVISA não demora a autorizar.

Parece haver um modo muito peculiar de contar a história desse recente movimento em prol do acesso à saúde – que se inicia em 2013 com algumas mães das classes média e alta importando ilegalmente o medicamento, passando pelos *habeas corpus*, e chegando ao cultivo *associativo*, em geral, e ao autocultivo⁶, individual. Não que se esteja aqui propondo repensar o *proibicionismo*, muito menos a militarização da “guerra às drogas” (ALEXANDER, 2017; DAVIS, 2018; HARI, 2018), e as facetas morais e criminais de seus dispositivos (VARGAS, 2008) – em parte, os objetivos também são esses, demonstrando seus *efeitos* na vida das pessoas. A proposta é, talvez, alterar a escala analítica, voltando a atenção para uma etnografia das trajetórias sociais conhecidas a partir deste ativismo, visibilizando o modo como, a partir destas, é possível tecer discussões mais amplas, que deem conta das seguintes abordagens: formação do “Estado”; micropolíticas emocionais; engajamento familiar; o cotidiano na tessitura das existências, no qual se encontram os processos do adoecer e tratar; a manipulação caseira e científica dos medicamentos e de suas substâncias; as dores que *vazam* das narrativas dos atores e produzem o cotidiano; as violências; angústias e atravessamentos temporais, que marcam as histórias de *lutas* políticas, e os fluxos vitais que, rotineiramente, forjam as subjetividades e produzem os sujeitos.

A pesquisa em questão é uma etnografia realizada em Associações de mães e pais de pacientes de *maconha medicinal*, e tem como fio condutor uma espécie de antropologia das subjetividades, das histórias e temporalidades da vida, e da noção de pessoa⁷. Ao longo do artigo, à luz de minhas idas e vindas acompanhando Gal em Defensorias e Fóruns Públicos na cidade do Rio de Janeiro, espero dar conta de dois grandes blocos de questões. Primeiro, somar-me às análises até então produzidas sobre o tema da *maconha medicinal*, e do fenômeno das “drogas”, visibilizando as dores e expressões do sofrer, que em nada denunciam as fraquezas das mães, ao contrário, intensificam ainda mais suas forças e agências políticas a partir da ênfase nas relações miúdas. Segundo, trazer à baila os limites e os eventuais entrelaçamentos do *tempo* linear e rotineiro das *lutas* em Associações e espaços públicos, que obedecem a uma série de repertórios, compromissos implícitos, datas e

⁶ Como mostrado no Documentário Ilegal: A vida não espera <https://www.youtube.com/watch?v=rHehU9kh5_0> Acesso em 08/01/2019.

⁷ O trabalho de campo foi conduzido entre os meses de outubro de 2017 a maio de 2019. A APEPI, Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal, foi a Associação em que a pesquisa foi elaborada. Trata-se de uma Associação sem fins lucrativos, com atuação na cidade do Rio de Janeiro desde o ano de 2014. Acompanhei a atuação das mães da APEPI em atos públicos, audiências, eventos promovidos, cursos de extração e cultivo da planta, estando presente a nove reuniões mensais, todas ocorridas durante o ano de 2018. Foram realizadas algumas entrevistas, e, no momento em que escrevo este artigo, acompanho o cotidiano de uma família em específico, visitando sua casa e as peregrinações em Repartições Públicas e serviços de saúde. Para maiores detalhes sobre a APEPI, consultar <<http://apepi.org/>> Acesso em 09/01/2019.

acionamentos estratégicos de leis, discursos e demandas. Assumo: em muitas ocasiões as mães lidam com universos plurais de violências sociais. Forjam pautas junto a formuladores de políticas públicas e demais pessoas pertencentes ao mundo da Administração Pública. É de se esperar que suas falas sejam padronizadas. Aqui, nesta oportunidade, abro outra zona de significação (VIANNA, 2014): teço sensações, afetos e discursos morais que muito dificilmente seriam ditos em reuniões ativistas; percorro os medos, as angústias, os desesperos, os desânimos, as prospecções de futuros desejáveis, as fantasmagorias, os efeitos corporais adversos. No limite, frases do tipo: “*A casa está lá desarrumada...*”; “*As roupas estão lá para lavar*”. Gal as disse nos bancos da Defensoria Pública. Elas não “carregam” aparentemente muita significância em protestos e demais mobilizações coletivas, entretanto, comunicam um primoroso e cognitivo *trabalho do tempo*: comezinho, doméstico e cotidiano. Essas frases operam como a metáfora do *ato de testemunhar*, que é, por sua vez, o alicerce para compreender a relação entre violência e subjetividade: o que está em evidência é a criatividade da vida, colocando em primeiro plano o *fazer*, o *desabar* e o *refazer* do mundo (DAS, 2007).

O que trago ao longo do artigo são experiências que *vazam* das narrativas das pessoas – especificamente de Gal – e produzem suas vidas e seus cotidianos (“*a casa está lá desarrumada*”), quais sejam: histórias contadas sobre o passado, o presente e possibilidades futuras; narrativas íntimas sobre peregrinações nos serviços de saúde; lágrimas de desesperos de mães que narram estar atrás de respostas para sanar as *crises convulsivas* de seus filhos; a casa que anda desarrumada; o dinheiro que insiste em faltar; a pobreza; o Estado “omisso” por não arcar com o tratamento do filho; o relato da mãe desgastada e sem esperança; as roupas que estão para lavar; os alimentos a serem cozidos para que o marido e os filhos possam se alimentar; as dores físicas em seus próprios corpos; e, por fim, a felicidade quando há alguma melhora, quando o filho anda e esboça sorrisos, e tudo começa, minimamente, a caminhar bem. O texto é uma dialética que se coproduz: ora dores e desgastes, ora sorrisos e alegrias.

Assim, não discuto aqui especificamente a presença dos familiares nas *marchas da maconha* – um tipo de ação política que reúne hedonismo, festa e ativismo (VERÍSSIMO, 2011), assim como não priorizo as narrativas sobre o ativismo *Associativo* de mães, pacientes e cultivadores de maconha (POLICARPO et al., 2018), a história do proibicionismo e da “guerra às drogas” (HARI, 2018; LABATE; RODRIGUES, 2018), e, muito menos, como caminham os debates sobre a regulamentação da maconha no Supremo Tribunal Federal, ou em outras instâncias da Administração Pública (FIORE, 2018). Os autores, até agora apresentados, nos oferecem um interessante alicerce *biopolítico* para andar nestes terrenos pantanosos do “dispositivo das drogas” (VARGAS, 2008).

Como quiseram Labate e Rodrigues (2018), ao formularem um *marco analítico* para o tema das “drogas”, *marco* este localizado nos regimes de *governamentalidade* da passagem do século XIX para o XX, visibilizo os *efeitos* da proibição e de suas relações desiguais de raça e gênero na vida concreta das pessoas, problematizando as interfaces entre família e o acesso à saúde. O *proibicionismo* e o tema da *maconha medicinal* aparecem ainda mais complexos quando abrimos os arcabouços teóricos e deixamos, então, que eles sejam domados por narrativas íntimas dos sujeitos, suas temporalidades miúdas, domésticas e emocionais. Encontramos, dessa maneira, um leque de possibilidades analíticas, inclusive sugerir que as *lutas* não são somente pelo medicamento, mesmo que ele seja parte central e importante do movimento ativista. Todavia, tratam de *lutas* que se emaranham com uma série de outras *lutas* políticas: acumuladas no tempo, na casa, no corpo, no curso rotineiro da vida, nas esferas estatais, no *trabalho do tempo*, na dor – como mostrarão as descrições de minhas relações com Gal: vários deslizamentos estão envolvidos. As discussões sobre substâncias ilícitas, *proibicionismo* e “guerra às drogas” que percorro aqui se tornam *duplos fazeres* no seio das tessituras desiguais das dores, do gênero, da raça, da saúde, da família e do “Estado”. Levo adiante a aposta duplamente heurística de desestabilização do “gênero” substancializado e do “Estado” tomado como entidade homogênea e coesa. Isto é, cartografo as malhas políticas, seguindo Vianna e Lowenkron (2017), da coprodução entre o gênero e o Estado. As descrições da *judicialização* do medicamento trazem, por um lado, a generificação do Estado, por outro, a estatização do gênero. O artigo demonstra a ação social dos sujeitos, as processualidades e dinâmicas, ou seja, os mundos sociais envolvendo afetos os mais variados, o *trabalho do tempo* comezinho, familiar, e o constante *fazer e desfazer* dos diretos (VIANNA, 2013).

No tópico que se segue, apresento Gal. Findo isso, descrevo nossas idas e vindas à Defensoria e ao Banco do Fórum, dando ênfase às dobras miúdas, sensações, afetos e tempos, elementares da produção cotidiana do “Estado”. Por fim, discuto as cenas construídas em dois blocos teóricos priorizados: primeiro, sugiro haver uma gramática político-moral para o ativismo da *maconha medicinal*, localizada em certos repertórios de *maternidades politizadas*. Tal gramática centraliza os idiomas da família, da dor e da política, elementares em biografias de sujeitos atravessados por doenças e sofrimentos de longa duração, conforme Waleska Aureliano (2018). Como o artigo espera sublinhar, a especificidade da experiência da deficiência e doenças raras é central em meu campo, especialmente no que se refere a uma discussão sobre tempo, temporalidades, subjetividades e politização da maternidade. É no entrecruzamento desses marcadores sociais, que eu localizo o ativismo em questão. Ao final, costuro os deslizamentos do *trabalho do tempo* de Gal, mostrando como o tempo é fundamental para o ativismo, para o processo de *judicialização*, bem como para a vida cotidiana: ele faz coisas acontecerem.

“A CASA ESTÁ LÁ DESARRUMADA...”

Gal é uma mulher de 70 anos. Eu a conheci em outubro de 2017, quando passei a realizar incursões a campo junto às mães que lideram o movimento da *maconha medicinal* no Rio de Janeiro. É uma mulher pobre, racializada na negritude, migrou cedo do interior do estado do Ceará, nordeste brasileiro, para o Rio de Janeiro. Saiu fugida de sua terra natal, pois, assim como tantos outros jovens, era considerada uma “ameaça comunista” durante o período de ditadura militar brasileira. Ela se engajava politicamente junto aos trabalhadores rurais do Ceará: “um amigo meu sumiu, até hoje está desaparecido, aí já viu, tive que vir pro Rio morar com um tio, senão eu morria...”, contou-me na varanda de sua casa em um de nossos cafés da tarde. É moradora da comunidade do Horto, uma habitação popular localizada no Jardim Botânico, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, onde residem pouco mais de 500 famílias que passam suas casas de geração a geração, pelo menos desde a época do Brasil colonial. São famílias pobres, formadas por trabalhadores do Jardim Botânico, que desde a segunda metade do século XX convivem com os fantasmas da colonização da terra e financeirização da moradia (ROLNIK, 2015), ou seja, com a política de remoções de áreas consideradas “perigosas”, como as favelas e periferias, fenômeno este que se cristalizou ainda mais com as práticas governamentais durante os megaeventos, tais quais a copa do mundo de futebol e as olimpíadas (MAGALHÃES, 2013).

Ela, aos trinta anos, se casou e foi morar, em seguida, com o marido no Horto. Logo depois, deu à luz José, seu filho mais velho, e Pedrinho, seu filho mais novo, atualmente com 33 anos. Este é portador de doença rara e hereditária, a qual torna seus braços e pernas pequenos, o *nanismo*. Além disso, nasceu com graves complicações cerebrais, acarretando-lhe inúmeras *crises convulsivas* ao longo da vida (cerca de 80 por semana, como narrou sua mãe), devido ao diagnóstico adquirido de *epilepsia refratária*, dificultando, cotidianamente, seu andar e seu falar. Ele faz uso de medicamentos bioquímicos e, há cerca de 3 anos, de um óleo extraído à base das propriedades terapêuticas encontradas na planta da maconha. “Foi só a partir desse remédio que ele passou a sorrir um pouco, a ter menos *crises*, a andar melhor. Chega quase a falar” – diz Gal.

Foi pelo Pedrinho que Gal entrou no movimento da *maconha medicinal*. Este ativismo, como a literatura recorrentemente destaca (POLICARPO et al., 2018; OLIVEIRA, 2016), é liderado por familiares de classe média e alta dos grandes centros urbanos. Como frisado na introdução, a maconha não é regulamentada no Brasil, entretanto, o CBD, uma de suas principais propriedades terapêuticas, foi retirada da lista de substâncias proibidas em 2015. O fato de o cultivo da planta ser considerado crime no Brasil, dificulta ainda mais a vida das pessoas que, assim como Gal, não têm condições financeiras para arcar com um

medicamento caro e importado⁸. O que observei na pesquisa de campo foi uma presença marcante de famílias pobres e moradoras de favelas e periferias, apesar da literatura sobre a *maconha medicinal* não relatar muito suas existências. Ao que pude reter de algumas conversas e relatos, muitas dessas famílias entram na militância com o desejo de que o “Estado” torne o medicamento uma política pública de saúde, uma vez que acessam o direito à saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS). Além do que, relatam que mesmo que conseguissem um *habeas corpus* preventivo para o plantio de maconha, não sabem se teriam coragem de plantar, pois colocariam suas vidas em risco devido às condições de moradia.

O tema das drogas ilícitas, seu histórico *proibicionismo* violento e sua consequente militarização da “guerra às drogas” impedem que essas famílias tenham o devido acesso à saúde e seus filhos uma melhor qualidade de vida. Por isso, eles (os filhos) “continuam convulsionando enquanto não tornam gratuito, garoto”, como me contou uma mãe, com os olhos lacrimejados, após viajar três horas do interior do estado para participar da reunião do mês de setembro de 2018 da APEPI. Para garantir o acesso à saúde do filho, Gal, sendo pobre, encontrou uma solução: o fenômeno da *judicialização* de medicamentos. Entrou com processo na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e, ali, por meio de rotinas, apelações e peregrinações, laudos médicos, carimbos, filas e assinaturas, objetivando com que o “Estado” viesse a arcar com os custos da medicação, foi para onde Gal levou as demandas das mães da *maconha medicinal*: “para que nossos filhos vivam, para que melhorem e para que a gente não surte”, Gal certa vez me disse quando falávamos sobre o porquê de sua decisão em abrir um processo judicial na tentativa de obter o medicamento. Sua primeira remessa foi obtida com seis meses após idas e vindas semanalmente à Defensoria: “Você precisa ir todos os dias para que eles vejam que você não desistiu; para que você mesmo faça com que o processo ande”, comentou Gal.

Tornei-me próximo à Gal em fevereiro de 2018. Passei a frequentar sua casa, conhecendo assim suas *lutas* diárias (pelo filho, contra as remoções das casas do Horto, pela família, as memórias da ditadura nacional, etc.), seu esposo e filhos, seu gato, seu cachorro e suas histórias do passado e prospecções futuras. Tornamo-nos amigos no ativismo da *maconha medicinal*, e, principalmente, fora dos espaços ativistas. É bem verdade, assumo desde já, que boa parte do que sei sobre ela foi-me apresentado ou narrado fora das reuniões de Associações e atos públicos em prol do movimento em questão. A pesquisa de campo, desse modo, foi cada vez mais sendo deslocada e conduzida às suas práticas rotineiras e miúdas, uma aposta teórica que diretamente dialoga com Veena Das (1995, 2007). Isto é, de uma “descida ao ordinário”, de como contar as relações de *lutas* ativistas,

⁸ O preço do medicamento varia a depender da empresa fornecedora. Geralmente, custa em torno de 200 a 350 dólares o frasco, sendo o frete em torno de 100 a 150 dólares.

políticas nacionais, guerras, “Estado”, violências, dores e adoecimentos a partir do sexo e gênero femininos e da gestão das precariedades (ALEKSIÉVITCH, 2016; DAS, 1995, 2007).

É no cotidiano que os sujeitos fazem suas vidas e elaboram suas existências: fazem e se refazem das *lutas*, das dores, e tornam seus mundos minimamente habitáveis após as violências que bagunçam o curso normal da existência e esfarelam os mundos sociais. Isso se dá *no* e *através* do tempo, um tempo que por sua vez não é linear, mas, sim, circular, cotidianamente reeditado e reinterpretado (DAS, 1999). Gal é um *sujeito ético* fabricado com regionalidades, racialização, gênero, territorialidades, e efeitos repressivos de governos nacionais totalitários. Trata-se de uma ética que não é metafísica, mas subjetivamente construída na interface das relações nacionais, históricas e corporais: uma subjetividade empírica, relacional, cotidiana; uma, portanto, “ética ordinária” (LAMBEEK, 2010; DAS, 2010). É a partir daqui, desses imbricados atravessamentos temporais de *lutas* que persistem e parecem não cessar, que discuto as dobradiças do ativismo da *maconha medicinal* e todos os efeitos nevrálgicos do *proibicionismo* de “drogas”, o qual recai sobre as pessoas que não têm como arcar com os custos do tratamento de seus filhos. Em todas essas experiências de vida e cotidiano, que forjam sua existência a partir dos atravessamentos temporais de *lutas* e *nas lutas* políticas, as relações de adoecimentos, tratamentos, enfermidades e violências se interseccionam. Aqui, as relações com o filho tornam-se significativas e centrais ao que se refere a uma abordagem que se pretende compreender os emaranhamentos entre saúde, família e o *trabalho do tempo*. A experiência de maternar uma pessoa com deficiência (que requer uma ética cotidiana do cuidado; por diversas vezes o “cuidado” sai de dentro de casa e se materializa numa Defensoria Pública) é produzida por e produtora do *trabalho do tempo*. Essas camadas morais têm seus tentáculos ressoados em pequenas malhas burocráticas e discursos que *vazam* das narrativas dos atores: “*A casa está lá desarrumada*”; “*A comida para fazer*”; “*As roupas para lavar*”.

{*Julho de 2018*} Gal e eu saímos juntos da reunião mensal da APEPI, ocorrida no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ela me convida para ir à sua casa. Juntos, tomamos um ônibus até o território do Horto, onde reside. Estamos no interior do transporte. Gal fala sobre muitas coisas: como anda a vida; como andam, principalmente, seu esposo e Pedrinho. Ao mencionar o nome do filho, paralisa um pouco a fala. Puxa minha camisa. Sua voz é mais baixa nesse momento. Gal diz que, há algumas semanas, havia ido à Defensoria para prestar contas da última remessa do medicamento judicializado do filho, e já iniciar, se possível, o processo judicial da próxima, algo que ocorrerá em outubro. “Eles mandaram [os defensores públicos] eu procurar outros meios para arcar com o tratamento, alegando que o Estado está falido”. A retórica da “crise” da saúde pública chegava aos medicamentos de Pedrinho. A

“crise” conectava-se com as políticas de morte a partir da ausência e/ou falta de recursos, ausências perpetradas, portanto, pela escassez e gestão estatal pobre para sujeitos pobres (Ver FREIRE, 2018). Gal fala que os defensores não sabem se seu filho terá o tratamento nas próximas remessas que ela for pleitear. Alegaram que seria melhor que ela arrumasse outras maneiras para que Pedrinho pudesse se tratar. Os defensores lamentaram a situação. “Não vão tirar, o Estado não vai tirar mesmo, eu sou ativista velha *vira-lata de rua*” – foi a resposta dada por Gal aos defensores. Assim, retoricamente me perguntou: “como assim não tem dinheiro pra manter o tratamento do meu filho, e como ele fica, vai voltar a ficar tremendo e se arrastando?”.

{Outubro de 2018} Em meio ao período das eleições presidenciais e estaduais, Gal inicia o pedido de *judicialização* da próxima remessa da medicação. “Simplesmente sumiu, meu filho [eu, que escrevo este artigo] o dinheiro, ninguém sabe, ninguém viu.” Gal se preocupa com o rumo das eleições e o quanto ela pode influenciar em sua moradia e no tratamento do filho: “fico pensando no que vai ser da gente daqui [do Horto] depois dessas eleições; fico pensando se essa mudança de governador não vai fazer com que o *processo* do Pedrinho suma, com que se perca...”, me contou na varanda de sua casa, dias antes das eleições e, mais precisamente, um dia após ter ido à Defensoria e ao banco do Fórum do Rio de Janeiro – este responsável pelos assuntos financeiros de demanda judiciais –, e ter então sabido que não há dinheiro liberado para que ela possa iniciar a compra do medicamento de Pedrinho, importado dos Estados Unidos⁹. A Defensoria Pública atende ao público às terças e quintas-feiras para os casos judiciais como o de Gal. Ela compareceu a todos estes dois dias da semana até o recesso da Repartição Pública, no mês de dezembro. “Não aguento mais ir lá, chegar cedo, entrar na fila, entregar os documentos, ser chamada e indicada a ir até o Fórum, pois chego no Fórum e o gerente do banco diz que não tem dinheiro, que não pode fazer nada”. Gal contou-me todas essas peregrinações e lamentos apenas em janeiro de 2019. Inúmeras vezes eu percebia que ela não estava bem. Entretanto, sempre deixava a

⁹ O dinheiro é recebido em mãos. Geralmente o valor gira em torno de dez mil reais. Esse quantitativo garante o tratamento de Pedrinho por aproximadamente seis meses, não mais do que isso. Com o dinheiro em mãos, Gal é escoltada por seguranças do Banco do Fórum, que a guiam até outra parte do Banco, onde ela deposita o valor em sua conta pessoal. A partir daí, Gal entra em contato com a empresa responsável pela venda dos frascos pela internet (a *Revivid*) e executa a compra. Seu filho mais velho, José, a ajuda nesta etapa, uma vez que as informações são todas em língua inglesa. Desde quando comecei a acompanhar o cotidiano de Gal, ajudo-a nestas situações. Durante o processo de *judicialização* que acompanhei essas empresas farmacêuticas não tinham qualquer ligação com a APEPI – exceto durante um seminário internacional promovido pela Associação no qual não somente a *Revivid*, mas muitas outras empresas entraram como apoiadoras financeiras. Atualmente, a APEPI tem uma parceria com a *Revivid* para baratear o preço dos frascos importados para seus associados, o que não é consenso entre as interlocutoras, já que a pauta principal da Associação é para a difusão da pesquisa e produção nacional dos óleos. Gal não tem alteração no preço dos frascos, pois, como sua compra está ligada a setores estatais a empresa considera que a compra não é executada somente por pessoa física – mesmo que a compra esteja sem seu nome.

questão do medicamento apartada de nossos diálogos. Mesmo que eu insistisse no assunto, ela sempre dizia: “está tudo indo e caminhando. Estão resolvendo”. A verdade é que nem ela mesma acreditava no que dizia.

{*Janeiro de 2019*} Gal e eu conversamos por telefone. Ela conta que irá à Defensoria daqui a dois dias para tentar “resolver aquela questão do medicamento”. Faz 4 meses que Gal não tem respostas sobre o que aconteceu com o seu *processo*: se o “Estado” cancelou, se foi depositado em outra conta; *nada, zero*, nenhuma solução mais precisa lhe é dada, a não ser a seguinte resposta de defensores e gerentes de bancos: “não sei o que posso fazer; não posso fazer nada, minha senhora”. Ofereço-me a ir à Defensoria com ela. Gal aceita. Na terça-feira daquela semana ficamos ziguezagueando entre a Defensoria e o Fórum do Rio de Janeiro. Ouvi o gerente dizer a ela que sua conta estava *zerada*, que é provável que Gal não tenha feito o processo correto. “Ele está me ofendendo, me chamando de burra”, reclamou comigo. Ficamos mais de 8 horas sentados no banco da Defensoria. Aguardávamos um tal de Bruno, segundo Gal, um “defensor que é meu amiguinho aqui dentro, que sabe das minhas *lutas* e deve ajudar a gente”. Nenhum funcionário o conhecia, ao que pareceu. Voltamos para casa sem respostas e com um extrato bancário *zerado*, contendo *zero* reais. Há 4 meses Gal retira o mesmo extrato, contendo *nada, zerado* em dinheiro, somente atualizado nas datas. “Eu pego todos esses documentos para provar que eu venho aqui toda terça e quinta, que eu quero e preciso desse dinheiro”. Enquanto o dinheiro não aparece, diminuí a quantidade de remédios dos quais Pedrinho faz uso, e que Gal mantém guardados em seu quarto. Certa vez, quando seu filho aniversariou, a empresa que vende o medicamento o presenteou com 3 frascos, e é justamente com estes que ele tem se medicado.

Fomos novamente à Defensoria ainda na mesma semana. Chegamos cedo. Antes que o dia clareasse, estávamos acordados. Enfrentamos filas. Gal entregou os documentos no balcão de triagem, e esperamos que fosse chamada. Avistamos o tal Bruno antes que o expediente começasse. Ele conversava com um dos seguranças do local, o mesmo que, há dois dias, disse não saber quem ele era. Foi feita outra apelação. Fomos ao banco do Fórum. Lá, mais filas. Esperamos duas horas até sermos atendidos. Com um novo número de *processo*, o dinheiro apareceu em alguma conta, de uma mulher igualmente chamada Gal, entretanto, sem o último *nome* que consta em sua carteira de identidade. O CPF, o RG e o nome do Pedrinho eram os mesmos, mas devido ao fato de o último sobrenome ser diferente (note-se que Gal tem três sobrenomes): “minha senhora, não vou te liberar este extrato, eu sou caxias e burocrático”, ouviu Gal de um homem branco de meia idade e com os cabelos grisalhos, enquanto por horas o observávamos digitar num dos computadores disponíveis no Banco do Fórum, quando tentávamos achar o dinheiro de Gal. Com a voz em tom mais alto que o habitual, e já bastante estressada, é o que Gal lhe responde: “O senhor é caxias, te entendo. E eu sou velha maluca, não saio daqui sem isso, não saio, vai ter que me

levar presa”. Percebendo sua mudança de humor, o homem resolve consultar o gerente do Banco. Após algumas negociações, este último finalmente autorizou que Gal retirasse o extrato, um documento que faz uma espécie de mediação entre o Banco do Fórum e o juiz da Defensoria, constando que o “Estado” depositou ou não o quantitativo pleiteado. Gal toma o extrato em suas mãos. Era de fato o dinheiro que ela aguardava há 4 meses. Sua conta não está mais *zerada*. Há dinheiro.

Saímos do banco e Gal me abraça, chora e sorri. “Meu filho vai ter medicamento, você tem noção do meu alívio?”. Estamos sentados em um dos bancos da Defensoria. Gal espera ser novamente chamada pelo Bruno para que ele receba o extrato. Ali, então, digo a ela que eu estou muito feliz que o dinheiro foi encontrado, e que lamento muito que tenha passado por tudo isso. “Foi violento, meu filho, é muito sofrimento, muita *luta*, isso cansa”. Gal fala das desesperanças, dos medos, das eleições que passaram há pouco, das repressões que já sofreu da polícia durante da ditadura nacional. *Tudo*, absolutamente *tudo*, parece estar conectado. “É como se *tudo* na minha vida passasse na minha cabeça agora, nesse momento, como um filme que só de pensar eu me emociono: não pode ser justo que essas coisas acabem com meu filho voltando a ter crises” – narrou Gal.

Durante os dias em que a acompanhei em suas peregrinações a fim de saber o destino de seu dinheiro, Gal não passava 10 minutos sem ligar para casa. Queria saber como o filho estava: se ele já havia comido; se já havia se medicado; se estava bem; se teve alguma *crise*, entre outras coisas. “Ele está sentindo *tudo* isso, sabe, minhas ausências, vir aqui toda semana. Ele ainda não viu o moço dos correios ir levar os frascos do medicamento, Pedrinho está sentindo também”. Gal se queixa de sua visão. Desde os 60 anos, devido à catarata, ela toma, em média, duas vacinas em suas vistas para que possa enxergar melhor. “Faz dois meses que eu não as tomo, não é porque eu não quero, é porque não sobra *tempo*, eu fico cansada, é um acúmulo de coisas, e eu já estou velha... meu filho vem em primeiro lugar sempre”; “por ele eu moro embaixo da ponte, durmo na rua”. Os efeitos da burocracia são fabricados nas vistas de Gal, sugiro.

Gal fala das dores no corpo e das noites mal dormidas, dos sonhos que tem tido com as *crises convulsivas* do filho, das casas que já viu serem removidas do Horto, e das vezes em que levou bofetadas da polícia na época da ditadura militar. Relata, ainda, que num dos sonhos viu sua casa de infância, onde aprendeu a lutar. “A *luta* cansa às vezes, muita *luta* te surta”. “Isso aqui [estar ali, sentada nos bancos da Defensoria] é muita *luta*, não é fácil, não. Você precisa ser forte para aguentar o tranco, meu filho”. Gal diz que quer dormir um pouco melhor, recuperar as noites de sono mal dormidas. “A casa está lá desarrumada. A comida está lá para fazer. As roupas para lavar, *tudo* fora do lugar enquanto eu fico ausente desde outubro”. O Bruno chama Gal. A gente se levanta. Ele pega o extrato e pede para que ela retorne depois de duas semanas, o *tempo* necessário para que o juiz possa assinar o extrato,

e o dinheiro então utilizado. Gal esboça alegria e um enorme sorriso no rosto. Abraça-me novamente. Abraçados, descemos da Defensoria falando das alegrias e das coisas boas que ainda restam e *vazam* dos cansaços e desesperanças: a vontade inesgotável de viver¹⁰.

DAS DORES QUE *VAZAM*. REFLEXÕES SOBRE COTIDIANO E O *TRABALHO DO TEMPO*

A expressão da dor é o tipo de gramática emocional acionada pelas mães que se engajam no ativismo da *maconha medicinal*, modalidade política que tem sido recorrentemente frisada em outras abordagens antropológicas. Nesse caso, os sentimentos mobilizam um modo de fazer política que desafia qualquer análise sobre as fronteiras entre a racionalidade e a irracionalidade políticas, enquadramento teórico amplamente discutido por Luc Boltanski (2000) nos repertórios de ação coletiva. Os amores, as raivas, entre tantos outros sentimentos, produzem uma linguagem política específica (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990): comunicam as práticas violentas e desiguais das relações micropolíticas, por um lado, e a força e agência das mães, por outro, pois permitem aguentar a *luta*, torná-la digna de valor, pois se se *luta* é porque ela vale a pena, porque a pessoa vale a *luta*. Como o caso de Pedrinho: ele vale as horas e mais horas dentro de Defensorias e Fóruns públicos; vale que se deixe a vista chegar ao limite das sensações corporais; vale morar em qualquer lugar, inclusive embaixo da ponte.

É porque essas mulheres acionam o lugar simbólico da maternidade, e transformam a dor pessoal em política, elaborando reivindicações existenciais do luto, da dor, da morte e da vida (BUTLER, 2004), que movimentos maternos vêm preenchendo um interessante espaço de agenda pública. Denunciando as violências, pluralizando-as, mas, também, efetuando um chamado à paz, para que se encerrem (BIRMAN; LEITE, 2004). Esse é um problema, por exemplo, fundamentado no coração da ética da *vida precária*, amplamente desenvolvido por Judith Butler (2004): o do chamado à paz, à vida, ao cessar das violências e mortes. As mães, em sua construção de uma moral diádica com seus filhos, têm caminhado em terrenos minados, geralmente enfrentando as engrenagens estatais que produzem as mortes institucionais de seus filhos (VIANNA; FARIAS, 2011; FARIAS, 2014). São elas que elaboram um importante trabalho de reconhecimento da vida dos seus, tornando-os importantes, fazendo, desse modo, com que sejam jamais esquecidos (LACERDA, 2012). Os filhos materializam-se nas camisetas que vestem, nas faixas que escrevem; nos sonhos que as mães e demais familiares narram; nos momentos em que mencionam as faltas que fazem

¹⁰ Encerro por aqui as descrições de minhas idas como acompanhante de Gal à Defensoria Pública. Ao contrário do que pensávamos o *processo de judicialização* não se encerrou naqueles abraços que demos. Ao voltarmos após as duas semanas o dinheiro tornou a sumir. Ficamos indo toda semana, nos dias de terça e quartas-feiras até o final de março de 2019. Os outros meses foram ainda mais violentos. Em outra ocasião trabalharei o desfecho desse *processo*.

quando dizem seus nomes, as vontades e os desejos que tinham. Parte da mãe é perdida nessas situações de violências. E isso não porque a maternidade seja um vínculo natural ou essencializado, mas, sim, porque o mundo é construído nessa imbricada copresença, o que torna a filosofia crítica-moral de Butler (2004) cada vez mais literal, isto é, não se habita o mundo sozinho: “quem sou eu sem você?”.

Eu mesmo pude etnografar uma dessas situações dramáticas durante o trabalho de campo junto às mães da *maconha medicinal*. Com a morte de uma das filhas do movimento, sua mãe elaborou cartazes com seu nome, os quais traziam fotos de sua filha sorrindo. Essa mãe fazia um apelo para que a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) desburocratizasse o processo quanto aos derivados da maconha importados, e, também, para que a planta deixasse de ser crime e fosse, de uma vez por todas, legalizada, que o óleo extraído da mesma, contendo propriedades terapêuticas, venha a se tornar política pública de saúde, pois pessoas acometidas por doenças de difícil controle sofrem com o *tempo* lento e rotineiro dos setores da Administração Pública. Sofrem, portanto, com os efeitos do *proibicionismo* e das políticas desiguais de drogas. A deficiência é central nas discussões sobre *trabalho do tempo*. O corpo de sua filha falhou. Ela veio a óbito, assim como tantos/as outros/as, segundo relatos de campo que pude ouvir. As mães não permitem que essas mortes caiam no esquecimento. O luto é trabalhado como uma ordem da política, uma vez que recusam os alinhavos desiguais da distribuição da dor, do direito de sentir, de se importar (BUTLER, 2004). Vão, assim, do luto à *luta*.

E é justamente aqui, nessa complexa e porosa modalidade de *maternagem política*, que proponho que os temas *proibicionismo*, “guerra às drogas”, e, mais especificamente, o tema da *maconha medicinal*, sejam analisados, ou seja, como expressões da dor, das gramáticas morais do gênero e maternidade, das precariedades e desigualdades de raça, classe social e distribuição desigual das vidas e das mortes. Essa agência feminina e maternal efetua um interessante trabalho político na interface das relações de família e o acesso à saúde. Como sublinharam Fonseca e Maricato (2012), discursos de sofrimento em contextos que lidam com familiares e violências institucionais em contextos de saúde e doença, não funcionam como meros mecanismos de controle e submissão dos sujeitos. Pois, ao invés de vitimizar os atores sociais, esses discursos agem num primoroso trabalho de eficácia da reivindicação, além, é claro, de criar uma comunidade política entre as pessoas.

Não que eu esteja propondo uma separação no campo dos estudos sobre “drogas”. Os autores Policarpo et al., (2016, 2018) já nos alertaram quanto aos perigos dessa separação, no mesmo sentido que frisaram as muitas e muitas décadas de engajamento de cultivadores e ativistas a fim de que as “drogas” sejam não somente descriminalizadas, mas legalizadas. E essa é exatamente a minha posição política. Como sugeriu Johann Hari (2018), em um brilhante estudo jornalístico e comparativo em diversos países do mundo, a história

racial do *proibicionismo* é uma história do fracasso no combate às drogas, resultando em uma espécie de *nova segregação*, como teorizado por Michele Alexander (2017), a partir do encarceramento em massa de pessoas pretas, pardas e latinas. Assim, o que eu estou propondo é que a maternidade, a condição da “pessoa com deficiência”, e as expressões da dor precisam estar no epicentro de qualquer discussão que venha a ser elaborada sobre o tema da *maconha medicinal*, pois essas gramáticas são, de fato, responsáveis por mobilizar a *luta*, permitindo aguentar os cansaços, as dores, os medos e angústias. Sugiro, portanto, revolver, de uma vez por todas, a gramática central do movimento: a da *maternagem política*, assim como a raiva e o amor, aspectos correlatos da dor.

Todavia, dar espaço para uma descrição etnográfica sobre uma série de tempos que não são aqueles propriamente dos espaços de *lutas* ativistas (das reuniões, atos públicos, marchas da maconha etc.), abre um leque de possibilidades analíticas, permitindo complexificar ainda mais o movimento da *maconha medicinal*. Aqui, adentra-se o tempo familiar, que não obedece a uma linearidade e repertórios estratégicos demarcados – como datas, atos e audiências públicas, lugares nos quais parte desta etnografia foi tecida. Sigo, nestes apontamentos, as ponderações feitas por Adriana Vianna (2015). Assim como a autora, não acredito que o tempo da *luta* ativista e o tempo familiar se tratem de domínios distintos da vida ou que se desautorizem mutuamente, tampouco que todos os medos, angústias, dores físicas, preocupações, sonhos narrados e sufocamentos (aquilo que “surta”, como Gal me disse) sejam uma relação de consequência direta e imediata entre esses tempos. Eles não se separam completamente. O interessante é perceber o que está sendo agenciado pelos interlocutores(as) em um dado momento, como eles(as) narram, e como as narrativas mudam a depender dos espaços em que são produzidas, permitindo com que conheçamos outros tempos que parecem não estar ali, mas que sempre estão: a casa, a *família*, as *memórias*, as outras *lutas*, os *desânimos* etc. Assim, é possível ainda observar como os tempos se entrelaçam, deslizam, tornando nosso trabalho etnográfico uma difícil tarefa – prazerosa quando conseguimos executá-la – de não os congelar, mas, sim, de apresentar as suas sinuosidades. Foi o que tentei fazer nas cenas trazidas de Gal.

Os tempos não se dividem tão nitidamente, como se suas fronteiras fossem bem demarcadas e se, assim, significassem algo radicalmente opostos. Ao contrário, é porque se pertence a uma família, e parte-se então da dor pessoal e doméstica, que é possível que as dores sejam politizadas. O que venho chamando a atenção, com as descrições das situações narradas por Gal durante nossas peregrinações entre a Defensoria e o Fórum, são as outras dores que não entram (por uma série de motivos politicamente justificáveis) nas reivindicações dos espaços públicos: a casa desarrumada, as vistas que já falham, as angústias acumuladas, as peregrinações por 4 meses indo toda terça e quinta-feira conversar com defensores públicos e gerentes de Banco, isto é, as dores que *vazam* das narrativas e

produzem a ética ordinária, o cotidiano das pessoas. E o modo, não tanto inusitado, no entanto, importantíssimo de se frisar como agenda existencial acionada pelos atores sociais, sobre como essas coisas emaranham-se com as políticas de remoções de casas populares, com os períodos totalitários, com a possibilidade de perda da casa, com os alimentos a serem cozidos, e com as eleições nacionais. Aqui, percebe-se o quanto os Estados-nações, e um sem número de perpetrções de violências constroem-se na tessitura moral dos duplos fazeres do gênero, raça, pobreza, enfermidade, e acesso à saúde. Por isso, o que tenho procurado discutir, como quis Adriana Vianna (2015, p. 416), “pode ser entendido como pequenas indicações acerca das possibilidades de dissonância relativa dentro de universos plurais de sofrimento, memória, expectativa, agência e construção de si”.

As mães da *maconha medicinal* realizam um difícil trabalho de lidar com setores da Administração Pública, com o acolhimento de familiares que procuram Associações a fim de sanar as *crises* e demais complicações de adoecimentos de seus filhos, trocam entre si medicamentos, uma vez que, a maconha não sendo regulamentada no país, torna o acesso restrito a bem poucas pessoas, em sua maioria das classes média e alta, organizam reuniões mensais, colocam seus filhos, faça muito sol ou muita chuva, dentro de carrinhos de bebês, na frente das marchas nacionais em prol da legalização da maconha, e, como no caso de Gal, ouvem dos demais familiares que são umas “loucas”, que vivem por aí drogando seus filhos e acham que estão tratando da saúde deles. “Só uma mãe sabe a melhora que é” me contou Gal, em seu quarto, quando falávamos sobre a maneira como é vista pelos parentes. Com isso, é de se esperar que suas narrativas sejam padronizadas nos espaços públicos: elas têm uma série de agendas, leis para serem derrubadas, projetos sanitários que não saem do papel. Todavia, elas conseguiram muitas vitórias desde 2013, mas “não é o bastante, isso é um trabalho de formiguinha”, como contou a coordenadora da Associação em que fiz as observações em campo, na primeira reunião a que assisti, em janeiro de 2018. A metáfora do “trabalho de formiguinha” é interessante. Demonstra, de antemão, o quanto se trata de uma *luta* que se exerce *no* tempo e *sobre* o tempo. Nesse caso, o tempo tem uma agência potente: ele mesmo é inserido como parte da própria *luta*, sendo, portanto, a “matéria de que a luta é feita” (VIANNA, 2015, p. 414).

O tempo vai sendo gestado de modo ativo e circular. Como bem formulou Veena Das (1999), ele se apresenta como um texto, em que é possível ser reescrito e reeditado. O tempo corrói coisas, deixando-as gastas, velhas, no mesmo sentido que as renova. O cotidiano é o *trabalho do tempo*: nele se elaboram as dores, as *lutas*, se acumulam coisas, se descartam outras. Há algo que só mesmo o tempo pode ajudar a sarar: as feridas que pulsam no peito e pouco querem nos deixar em paz, perturbando-nos como espectros. O tempo pode ser o melhor amigo, mas, também, o maior inimigo: ele permite que as coisas retornem, que as marcas furem novamente os corpos, que as cicatrizes se abram e se fechem

rotineiramente. No tempo as violências são entendidas como tais, algo que a princípio poderia ser simplesmente visto como um curso normal da vida (“aquilo foi violento”; “eu não suportaria aceitar essas ofensas hoje em dia”). Por isso, ele é sinuoso, desliza em situações, pessoas, datas, horrores e sentimentos adversos. Levar adiante a abordagem do *trabalho do tempo* a partir de uma “descida ao ordinário” (DAS, 2007), tendo como discussão central as dores miúdas, domésticas e subjetivas de Gal, permite formular uma interessante análise etnográfica sobre a gestão cotidiana da vida, pois, é *no tempo* cotidiano que os cansaços surgem, que a casa fica bagunçada, que as roupas esperam para serem lavadas, os alimentos a serem cozidos e as vistas a serem cuidadas. Ao privilegiar essas situações de sofrimento cotidiano, não estou sugerindo uma espécie de desistência e nem mesmo denunciando alguma fraqueza por parte dessas mães, em geral, e muito menos por parte de Gal, em particular. E é com este ponto que amarro os apontamentos finais do artigo.

Foi Veena Das (2007) quem nos ensinou que devemos atentar aos jogos de palavras dos interlocutores. Nesses jogos imbricam-se silêncios e ocultamentos, narrativas congeladas e colonizadas por situações de violência e “eventos críticos” (DAS, 1995), gestões corporais e metáforas utilizadas para expressar aquilo que as palavras não conseguem dar conta. Eu mesmo (NELVO, 2018), em outro lugar, ao elaborar uma análise sobre o *trabalho do tempo* de gestão cotidiana de uma mulher e mãe jovem soropositiva, etnografei o modo como ela utilizava a categoria “aquilo” para expressar o que seus traumas transgeracionais familiares, inscritos no seio da epidemia mortal da Aids, não conseguiam escrever em palavras, algo aparentemente simples: a palavra vírus HIV.

Nesse estudo referenciado, assim como no caso de Gal, não estamos lidando com pessoas que fraquejam *no tempo*, que se deixam corroer pelas dificuldades que ele apresenta. Ao contrário, lidamos com mulheres fortes, que forjam palavras para não dizer o nome de uma patologia, que assumem o medo caso o dinheiro tenha sido cortado pelo Estado, que lacrimejam os olhos frente a defensores e gerentes de Banco, que choram abraçando um antropólogo e amigo, falam do desânimo, do cansaço, das dores físicas acumuladas, da casa desarrumada, das memórias de infância, do interior do nordeste brasileiro, das eleições nacionais e das experiências de bofetadas e repressões institucionais. Mas falam também de uma vontade inescotavelmente despojada na vida, do amor pelo filho, do enfrentamento em se recusar a levantar do banco enquanto o gerente não lhe entregar o extrato bancário, mesmo que este tenha *zero* reais. Isso tudo é um pouco de raiva, mas, também, é muito amor. Como me disse Gal: “não suporto injustiças sociais. Tenho raiva de todas elas, por isso eu *luto*”. *Luto* para Gal é verbo. São mulheres que chorem quando a conta não mais está *zerada*, que abrem o sorriso ao saber que o filho poderá continuar o tratamento. Que resistem há 4 meses indo toda semana participar do ziguezaguear

nevrálgico dos processos morais de fazer “Estado” (SOUZA LIMA, 2012). O tempo tem disso: ele ensina a resistir e seguir em frente, tentando, e, de fato, conseguindo.

Não é porque privilegio as dores e os sofrimentos cotidianos de longa duração (AURELIANO, 2018) que tudo o que escrevi não se tratam de agenciamentos. Desde a introdução, é tudo sobre agência. Realizar pesquisa de campo acompanhando os trânsitos de uma única pessoa, lançando olhares para diferentes situações sociais, como tenho feito com Gal, permite elaborar uma análise atenta aos cálculos e redefinições da vida, fazendo com que a etnografia seja ela mesma um *trabalho do tempo* (NELVO, 2018). A perspectiva, como sabemos, é sempre parcial, posicionada e passível de reinterpretações e enquadramentos. Por isso, não visibilizar as dores que *vazam* e produzem o cotidiano, na ética ordinária da vida das pessoas, seria não somente uma espécie de violência intelectual; negar a dor do outro, ou seja, aquelas dores que nos foram contadas, muitas das quais observamos em ato, é um tipo de fracasso espiritual, como mencionou Veena Das (1996): é o nosso futuro que está em jogo. Nenhuma antropologia é possível negando às solicitações dos sujeitos.

Na semana seguinte das peregrinações entre a Defensoria e o Fórum, falei com Gal ao telefone. Ela relatou ter ido parar no hospital com graves picos de pressão alta. Disse ter sido medicada, que está repousando e se medicando. Convidou-me para acompanhá-la no dia em que fosse buscar o extrato assinado e carimbado pelo juiz. Aceitei o convite. Gal falou que esse *pico de pressão* deve ter sido causado pelo excesso de *lutas* e preocupações: “é muita coisa na cabeça, muita *luta*, o corpo expele de alguma maneira”. Preocupado, sugeri que ela descansasse um pouco. Gal disse já estar fazendo isso, porém, comparecerá à reunião da APEPI no início do mês de fevereiro, além de já estar se mobilizando com a Associação de moradores do Horto, pois, devido ao resultado das eleições, é preciso se mobilizar. Se Gal coloca a culpa de suas sensações físicas como resultado das *lutas* (“o corpo expele de alguma maneira”), desistir da *luta* não está sendo colocado à prova, o que não quer dizer que as dores não surjam, e que as desesperanças não sejam sinalizadas.

Em suas considerações sobre os tempos ativista e familiar, Adriana Vianna (2015) recupera Arthur Kleinman (2000) e demonstra que o autor compreende que a violência social tem múltiplas formas e dinâmicas, sendo assim, dicotomias como público *versus* doméstico, ou em nosso caso, tempo ativista *versus* tempo familiar, são inadequadas para compreender a multiplicidade de seus efeitos nas experiências de sofrimento. Como aposta analítica, a autora sugere que o interessante é compreender o “encontro explosivo entre ordens distintas de decepção”, pois esse encontro expressaria algo da multiplicidade de formas e dinâmicas elencadas pelo autor. E é com esse sentimento que encerro este artigo, demonstrando que tanto lá nos bancos da Defensoria Pública quanto ao telefone com Gal, o que ela parece trazer é algo desses encontros e atravessamentos temporais: as demandas da *maconha medicinal* se encontram com a Defensoria; a “crise” do Estado com a casa, com as

roupas, com os alimentos, com a sua visão, com as *crises convulsivas* de Pedrinho, com as memórias da ditadura militar, com as políticas de remoções de casas populares, com os extratos *zerados* do Banco, com a pressão alta e as eleições, entre outros encontros explosivos. Assim, não é se espantar que Gal coloque suas dores físicas (suas vistas e os *picos de pressão*), e a casa que anda desarrumada como resultados, direto ou indireto, das *lutas*. Tudo isso está se coproduzindo nas circularidades e elaborações cotidianas do *trabalho do tempo*.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse and the politics of everyday life. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. (Orgs.). **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: Racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

AURELIANO, Waleska de Araújo. Trajetórias Terapêuticas Familiares: doenças raras hereditárias como sofrimento de longa duração. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 369-380, 2018.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia. **Um Mural para a Dor: Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BIEHL, João. The postneoliberal fabulation of power: On statecraft, precarious infrastructures, and public mobilization in Brazil. **American Ethnologist**, v. 43, n. 3, 2016.

BOLTANSKI, Luc. **El Amor y Justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción**. Bueno Aires: Amorrortu, 2000.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: the power of mourning and violence**. London/New York: Verso, 2004.

CARVALHO, Virgínia M.; BRITO, Margarete; GANDRA, Mário. Mães pela Cannabis medicinal em um Brasil aterrorizado entre luzes e fantasmas. **Fórum Sociológico**, n. 30, p. 57-66, 2007.

DAS, Veena. **Critical Events: An anthropological perspective in contemporary India**. Oxford: Indian Paperbacks, 1995.

_____. **Language and body: transactions in the construction of pain**. *Daedalus*, v. 25, n. 1, p. 67-93, 1996.

_____. Fronteiras, Violência e o Trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

_____. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

_____. Engaging the Life of the Other: Love and Everyday Life. In: LAMBEK, Michael. **Ordinary Ethics: Anthropology, Language and Action**. New York: Fordham University Press, 2010.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FIORE, Maurício. Alguns desafios pós-proibicionistas: O caso da regulamentação da maconha. In: LABATE, Beatriz; RODRIGUES, Thiago. **Políticas de drogas no Brasil: Conflitos e alternativas**, Campinas: Mercado de Letras, 2018.

FONSECA, Claudia; MARICATO, Glauca. Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento. **Interseções: Revista de estudos interdisciplinares**, v. 15, p. 252-274, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FREIRE, Lucas. O ritmo da gestão: tempo, risco e sofrimento nas “resoluções administrativas” de litígios de saúde em contextos de “crise”. **Apresentação de texto em 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)**, Brasília, 2018.

HARI, Johann. **Na fissura: uma história do fracasso no combate às drogas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KLEINMAN, Arthur. The Violence of Everyday Life: The Multiple Forms and Dynamics of Social Violence. In: DAS, Veena et al. (Orgs.). **Violence and Subjectivity**. Los Angeles, CA: University of California Press, 2000.

LACERDA, Paula. **O caso dos meninos emasculados de altamira: polícia, justiça e movimento social**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

LAMBEK, Michael. Toward an Ethics of the Act. In: LAMBEK, Michael. **Ordinary Ethics: Anthropology, Language and Action**. New York: Fordham University Press, 2010. p. 39-63.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: A noção de pessoa, a de “eu”. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MAGALHÃES, Alexandre. **Transformações no “problema favela” e a atualização das remoções de favelas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia), Institutos de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MITCHELL, Timothy. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Orgs.). **The Anthropology of the State: A reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 90.

NELVO, Romário Vieira. Em meio ao vírus há uma pessoa: Uma história de vida soropositiva. **Cadernos de campo**, v. 27, n. 1, p. 59-84, 2018.

OLIVEIRA, Monique Batista de. **O medicamento proibido: Como um derivado da maconha foi regulamentado no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Divulgação científica e cultural), Instituto de estudos da linguagem, Universidade de Campinas, Unicamp, 2016.

POLICARPO., Frederico; VERÍSSIMO, Marco; FIGUEIREDO, EMILIO. A “fumaça do bom direito”: demandas por acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. Platô: Drogas e Política, **Revista da plataforma brasileira da política de drogas**, v.1, n. 1, p. 13-37, 2017.

POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marco; FIGUEIREDO, EMILIO. Planta, Droga ilegal e Remédio: Notas sobre o uso medicinal da maconha no Rio de Janeiro. In: LABATE, Betriz; RODRIGUES, Thiago (Orgs.). **Políticas de drogas no Brasil: Conflitos e Alternativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2018.

PONTES, Lauro Rodriguez. **Controvérsias, versos e vivências, um passeio psicossocial pela maconha medicinal**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. **O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal**. Revista de Antropologia, v. 55, p. 559-564, 2012.

VARGAS, Eduardo. Fármacos e objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VERÍSSIMO, Marco. A marcha da maconha mundial no Rio de Janeiro: ativismo político e hedonismo carnavalesco na cidade pré-olímpica. **Lisboa: Second International Conference of Young Urban Researchers**, 2011.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: Dor e política em situações de violência policial. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 79-116, 2011.

VIANNA, Adriana. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In: Souza Lima, Antônio Carlos; GARCIA-ACOSTA, Virgínia (Orgs.). **Margens da Violência: subsídios ao estudo do problema da violência em contextos brasileiro e mexicano**. Brasília: ABA, 2011.

_____(Org.). **O fazer e o desfazer dos direitos: Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Rio de Janeiro: e-papers, 2013.

_____. Tempos, dores e corpos: consideração sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia et al. (Orgs.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

VIANNA, Adriana; LOWEKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, v. 51, 2017.

Recebido em 28 de fevereiro de 2019.
Aprovado em 15 de maio de 2019.